

# Moçambique: a aposta em Pretória

*NUMA recente conversa privada, o Presidente Joaquim Chissano descreveu a sua política de aproximação à África do Sul como «o barco em que apostei», tendo em vista facilitar uma solução aceitável para o conflito com a Renamo. Com a sua aposta, que remonta já há mais de um ano (AC n.º 32, pág. 7), mas que adquiriu agora maior intensidade, Chissano visa nitidamente encorajar Pretória não só a cortar de todo com a Renamo, como a transferir-se para o campo dos aliados do Governo de Maputo.*

As mais abalizadas análises acerca da situação em Moçambique coincidem na avaliação de que os actuais esforços de aproximação de Maputo a Pretória constituem, de longe, o principal investimento da estratégia de paz da Frelimo. Ao mesmo tempo, as previsões que se fazem vão no sentido de que esta estratégia está em vias de começar a produzir resultados susceptíveis de influenciar decisivamente a busca de uma solução para o conflito em Moçambique.

O apoio da África do Sul à Renamo é uma matéria de difícil verificação, não só por causa do seu carácter secreto, mas também porque são muito díspares as informações a que é possível ter acesso. Maputo insiste na versão de que tal apoio nunca cessou de facto, embora reconheça que o seu volume diminuiu e que a sua única fonte esteja agora circunscrita à Inteligência Militar sul-africana.

É uma evidência, por exemplo, que no campo das comunicações a Renamo continua a depender em absoluto de uma assistência da Inteligência Militar sul-africana. O mesmo se verifica em relação a outras providências de carácter logístico. Entre alguns chefes militares sul-africanos é evidente uma certa simpatia pela Renamo, favorecida por desconfianças no que toca ao governo de Maputo e à sua política.

Apesar da confortável autonomia de que a Inteligência Militar sul-africana goza para definir e alimentar as suas «cover operations», é difícil que a continuação do apoio à Renamo tivesse sido possível sem uma táctica contemporização do próprio Governo de Pretória — que, por sua vez, cortou de facto com os rebeldes. As razões da duplicidade desta política parecem óbvias: enquanto a política oficial de Pretória é de boa vontade e compreensão, noutra plano mantém-se activa uma pressão destinada a influenciar mudanças em Moçambique.

**O congresso** — Quando este número do «Informáfrica» for posto em circulação estará a decorrer o congresso da Frelimo — antevisto por habilitadas fontes (Inf. n.º 6, pág. 12) como um factor acelerador da evolução do regime, no sentido amplo da sua desmarxização. O congresso e outras medidas que naturalmente se lhe vão seguir, entre as quais a revisão da constituição, são interpretadas como o fim do ciclo revolucionário da Frelimo.

Mudanças significativas na composição dos órgãos da Frelimo e do próprio Governo vão fazer parte da vaga de mudanças. O «grupo dos indianos», Jorge Rebelo e Óscar Monteiro, pode perder assentos no Bureau

Político ou, então, ver diluídas as suas actuais influências com um alargamento deste órgão a figuras como **Raimundo Pachinuapa** e **Pascoal Mocumbi**. Os indianos são geralmente identificados como o núcleo revolucionário da Frelimo.

No Governo é dada como certa a demissão do Primeiro-Ministro **Mário Machungo**. Internamente é muito criticado e os seus apoios reduzem-se aos indianos, entre os quais **Marcelino dos Santos**, bem como aos brancos. Mais sintomático é no entanto que o virtual substituto de Machungo possa vir a ser **Armando Guebuza**, que é notoriamente a segunda figura do regime. Tem a reputação de ser hoje um moderado.

O relacionamento de Guebuza com Machungo tem sido marcado por atritos, que se vinham agravando ultimamente (Inf. n.º 1, pág. 8). De Machungo, fontes adequadas dizem que a sua alegada militância clandestina na Frelimo, até ao fim da época colonial, não passou de um artifício usado por Jorge Rebelo para o promover, contando para tal com o beneplácito de **Samora Machel** e **Marcelino dos Santos**. Apesar de ser membro do BP e de ter ascendido a Primeiro-Ministro, é considerado um homem só.

**Destino: Pretória** — A dinâmica reformista que o congresso vai consagrar dificilmente pode deixar de ser vista como um sinal que tem Pretória como o principal destinatário. E Pretória não pode deixar de corresponder: por um lado sabe que há resistências internas e externas (neste caso, o Zimbabwe) à política de aproximação de Maputo; por outro, não pode criar embaraços à sua proclamada política de paz e boa vizinhança, nomeadamente à escala de África.

Além das alterações que o congresso vai catapultar, também se sucederam recentemente eventos de intencionalidade clara, neste caso sugerindo o declínio das influências soviéticas em Moçambique. Informações como a da redução do número de conselheiros militares soviéticos (AC n.º 23, pág. 15) e da diminuição da ajuda de Moscovo (AC n.º 34, pág. 8) estão neste momento

absolutamente confirmadas. Cerca de 70 por cento dos conselheiros vão deixar Moçambique e o volume de ajuda para 1989 sofreu um corte de cerca de 50 por cento.

Em meios de bom nível de Maputo circulam também neste momento informações segundo as quais novas e mais severas restrições vão ser impostas pelo Governo à presença do ANC. Pretória também não é insensível à completa abertura da economia de Moçambique aos investimentos e a outros interesses sul-africanos — uma atitude determinada por vantagens tecnológicas e de mercado, mas também por razões políticas.

Se a política de **Pieter Botha** foi até certo ponto inspirada na teoria do cacete e da cenoura — encorajar mudanças que levassem a uma desideologização do regime da Frelimo, mas, ao mesmo tempo, fechar os olhos a um apoio encoberto à Renamo que servisse para influenciar esse processo — a atitude de **Frederik de Klerk** é aparentemente mais compreensiva. Ele acha que chegou a hora de apostar mais a fundo na Frelimo.

De resto, a recente visita do provável novo Presidente da África do Sul a Maputo foi programada com o propósito de constituir uma manifestação de acrescida boa vontade de Pretória. Não há ainda pormenores da sua conversa com Chissano, mas é lógico que De Klerk tivesse dado garantias no sentido de um corte completo com a Renamo. A recente flexibilidade de Pretória no que toca ao projecto de recuperação de Cahora Bassa (ver à margem) é outro factor a ter em conta.

**A guerra** — Uma constatação generalizada é a de que, face às cavadas debilidades no Exército (Inf. n.º 5, págs. 6/7), o corte completo do apoio sul-africano à Renamo não é por si só suficiente para inverter o actual curso da guerra, marcado por um claro ascendente dos rebeldes. Nesta avaliação são mesmo tidos em conta os abalos políticos e psicológicos que a Renamo pode sofrer.

Ao mesmo tempo, com ou sem apoio sul-africano, o cenário de uma vitória militar sobre a Renamo é considerado impensável, não só em meios internacionais habilitados, como mesmo internamente. Neste caso está a nova geração de oficiais moçambicanos, entre os quais é visível um grande desgaste. Mais triunfalista é ainda um sector dos chamados antigos combatentes, bem como

oficiais do SNASP, os quais, no princípio deste ano se movimentaram bastante para arredar qualquer perspectiva de entendimento com os rebeldes.

Os esforços de Maputo tendo em vista provocar um corte absoluto no apoio da África do Sul à Renamo, não pretendem tornar possível uma vitória militar, mas apenas facilitar uma solução de compromisso para o fim da guerra, que não obrigue a fazer concessões capazes de pôr em causa a hegemonia da Frelimo. Este objectivo é inseparável não só de um enfraquecimento militar da Renamo, como também de pressões acrescidas sobre ela por parte de Pretória.

É esta análise que explica a limitada flexibilidade do Governo em matéria de contrapartidas destinadas a viabilizar um arranjo com a Renamo. Enquanto a situação militar obrigaria Maputo a fazer amplas concessões à Renamo, o apoio político e diplomático com que conta e que adquiriu uma grandeza nova com a mudança da política da África do Sul, é suficiente para reduzir o alcance das suas propostas a uma mera acomodação dos rebeldes.

**Chissano** — A saúde de Joaquim Chissano continua a ser objecto de informações poucas vezes coincidentes, designadamente no que toca à natureza dos seus padecimentos. Mais consistente é a informação de que a operação a que se sujeitou, à próstata e aos rins, deixou sequelas que o debilitaram. Por razões de saúde ou por força de uma disposição da nova constituição que limita os mandatos presidenciais, Chissano tem no entanto um horizonte temporal limitado.

A sua secreta ambição é a de passar à história como o artífice da paz, embora preservando o mais possível o papel actual da Frelimo na sociedade e no sistema. Da recomposição por que vai passar a Frelimo e o Governo transparece claramente a preocupação de preparar a sua sucessão, que só muito dificilmente não deixará de recair em Armando Guebuza, embora o processo não deixe de ter em conta a figura de Pascoal Mocumbi.

Com a sua designação para o cargo de Primeiro-Ministro, Armando Guebuza coloca-se na grelha para a ascensão à presidência. No BP ele não conta com os apoios de Mariano Matsinhe e Alberto Chipande, bem como dos indianos. No entanto, a saída de dois destes, Rebelo e Monteiro, e/ou a entrada de Mocumbi e Pachinuapa, com cujos apoios pode contar, alteram a seu favor o equilíbrio de forças naquele órgão.

O prestígio interno de Armando Guebuza tem sólidas ramificações nas Forças Armadas, apesar dos curto-circuitos nas suas relações com Alberto Chipande. Sebastião Mabote, o ex-CEMFA, em vias de regressar de Cuba e ao qual parece reservada uma importante função honorífica nas FA, é um dos apoios de Guebuza. Tobias Dhai, o comandante do Exército, ao qual o ligam laços familiares, é outro dos seus melhores apoios.